Capítulo 8

A palestina e a segunda guerra mundial (1939-1945)

Alexandre Lissovsky

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LISSOVSKY, A. *2000 anos depois: o renascimento de Israel* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. A palestina e a segunda guerra mundial (1939-1945). pp. 247-269. ISBN: 978-85-7982-003-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CAPÍTULO 8

A PALESTINA E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-1945)

Seria inconcebível – seria mesmo sacrílego – se... de todos esses esforços e sofrimento e morte o mundo não alcançasse algo verdadeiramente bom e duradouro.

Franklin D. Roosevelt
(em 7/1/1943)

1939 – 3 de setembro: Inglaterra e França declararam guerra à Alemanha. Na véspera o primeiro-ministro Neville Chamberlain (“aquela alma poeirenta”, no dizer de Aneurin Bevan) respondera a uma carta de Weizmann, escrita em Londres poucos dias antes do início das hostilidades e assim redigida:

Prezado Sr. Primeiro-Ministro,

Nesta hora de suprema crise, a consciência de que os judeus têm uma contribuição a fazer para a defesa de sagrados valores impele-me a escrever esta carta. Quero confirmar, da maneira mais explícita, as declarações feitas por mim e meus colegas no decorrer dos últimos meses, e especialmente na semana passada: que os judeus “apoiam a Grã-Bretanha e combaterão ao lado das democracias”.

É nosso desejo premente pôr em vigor essas declarações. Mas queremos fazê-lo de modo inteiramente consoante com o plano geral de ação britânico, e para isso nos poríamos, em questões grandes e pequenas, sob a direção coordenadora do Governo de Sua Majestade. A Agência Jucaica está pronta a acertar medidas imediatas para utilização do potencial humano, capacidade técnica, recursos, etc.

judaicos. A Agência Judaica teve recentemente divergências, no terreno político, com a Potência Mandatária. Gostaríamos que tais divergências se retraíssem diante das maiores e mais urgentes necessidades do momento.

Rogamos-lhe aceitar esta declaração no espírito com que é feita.

Resposta de Chamberlain:

Gostaria de exprimir meu caloroso reconhecimento pelo conteúdo da sua carta de 29 de agosto e do espírito que a inspirou. É verdade que, com relação à política na Palestina, existem diferenças de opinião entre a Potência Mandatária e a Agência Judaica, mas aceito prazerosamente a garantia contida em sua carta. Noto com satisfação que nesta hora de suprema emergência, quando aquilo que prezamos está em perigo, a Grã-Bretanha pode confiar na sincera cooperação da Agência Judaica. Neste momento nada acrescentarei além de que suas garantias, dadas com espírito público, são bem-vindas e não serão esquecidas¹.

Enquanto isso Ben-Gurion, já de volta em Jerusalém, fazia a seguinte declaração pública: “Os judeus da Palestina são a única comunidade do Oriente Médio cuja própria sobrevivência está ligada à derrota de Hitler. Combateremos na guerra como se não houvesse o White Paper, e combateremos o White Paper como se não houvesse guerra”. Ao mesmo tempo convocava Ben-Gurion os dirigentes da Haganah, dizendo-lhes – essa já uma declaração para “uso interno” – que a partir daquele momento todos os esforços deveriam se concentrar no seguinte objetivo: estabelecer um exército judeu em meio à guerra, “ao fim da qual nos empenharemos por criar um fato consumado – um Estado Judeu”.

Atividades que pudessem acarretar prejuízo às forças britânicas foram imediatamente sustadas, e é o *Survey of International Affairs*, publicação britânica sem a mínima simpatia pelo sionismo, que nos informa que logo após a declaração de guerra da Grã-Bretanha contra a Alemanha os “atos terroristas judaicos cessaram completamente, e uma estação de

¹ Conforme veremos adiante, não quis, porém, o governo britânico fazer uso do oferecimento de Weizmann.

rádio clandestina, que vinha operando já há alguns meses, deixou de funcionar”.

Os Executivos da Agência Judaica e do Vaad Leumi, em reunião conjunta, decidiram abrir inscrições de voluntários, para servir quer à disposição das autoridades militares britânicas, quer à própria comunidade judaica. (Muitos líderes sionistas temiam que qualquer solução de pós-guerra favorável ao sionismo tivesse que ser defendida contra eventuais ataques árabes, e por isso julgavam importantíssimo proporcionar treinamento militar ao maior número possível de judeus palestinos.). Ao se encerrarem as inscrições haviam-se apresentado 85 781 homens e 50 262 mulheres, com idades entre 18 e 50 anos².

As autoridades britânicas, entretanto, não demonstraram nem entusiasmo nem pressa em se valer da cooperação judaica. Alegou o governo Chamberlain que a Palestina, sendo um território sob mandato, não se achava em guerra e, por isso, não precisava de exército. Com a substituição de Chamberlain por Churchill o pretexto para novas procrastinações passaria a ser a falta de equipamento. E, ao lado disso, havia ainda, em caráter privado, a intervenção de influentes judeus britânicos, antissionistas, que se opunham à formação de qualquer unidade militar judaica por considerá-la “provocadoramente nacionalista”. Mais uma vez seria preciso, como lembra Giniewski, “lutar exatamente como em 1915 e 1917 para conquistar o direito de combater ao lado dos aliados”.

Para os judeus o problema mais premente motivado pela eclosão da guerra era, contudo, o da imigração na Palestina, que, se permitida, possibilitaria salvar, pelo menos em parte, as massas judaicas europeias do extermínio que lhes estava destinado sob o jugo nazista. Mas, a pretexto de terem entrado no país imigrantes ilegais, haviam os ingleses cancelado a quota de imigração para o semestre outubro 1939 a março 1940. E nos meses subsequentes, sempre baseado nos mesmos argumentos, continuaria a imigração drasticamente reduzida, conforme pode ser verificado pela tabela abaixo, indicativa do número de certificados de imigração concedidos em cada período:

² Representavam esses números respectivamente 71% e 42% dos judeus palestinos em condições de servir.

Abril – Setembro (1940)	9 350
Outubro (1940) – Junho (1941)	–
Julho – Setembro (1941)	750
Outubro (1941) – Março (1942)	3 000
	(1.750 especificados para dependentes)
Abril – Dezembro (1942)	5 500
Janeiro – Março (1942)	5 400
Abril – Junho (1943)	13 500
	(10.625 especificados para crianças)

À medida que Hitler estendia suas conquistas, a fuga para a Palestina tornava-se, para os judeus, cada vez mais imperiosa. Lembremos aqui que entre abril e junho de 1940 as comunidades judaicas da Dinamarca, Noruega, Holanda, Bélgica, Luxemburgo e França, que incluíam milhares de refugiados da Alemanha e Áustria, caíram em mãos dos nazistas. Em todos esses países, conforme observa James Parkes, verificou-se a reprodução de um modelo já conhecido: “Os judeus refugiados foram atacados em primeiro lugar, e muitos milhares deles deportados, nas habituais condições de barbaridade, para trabalhos forçados e campos de concentração da Europa Oriental. Somas imensas foram extorquidas das comunidades locais sob variados pretextos; instituições religiosas e culturais foram saqueadas; propriedades comerciais confiscadas; e a população judaica obrigada a trabalhos forçados, atormentada de um lugar para outro, e despojada das rações normais”. Assim, escapar para a Palestina era, sem exagero (e com licença do lugar-comum), uma questão de vida ou morte. E não lhes sendo possível entrar “legalmente”, não lhes restava outro caminho senão o da “ilegalidade”, e isso lançando mão de quaisquer meios, enfrentando quaisquer riscos. A maioria vinha por mar – pagando preços exorbitantes, muitas vezes em embarcações que mal se mantinham à tona, com indescritíveis condições sanitárias³. Não raro, durante semanas, vagavam próximo à costa palestinese, aguardando uma oportunidade para desembarcar sem serem percebidos pelos britânicos – caso fossem, estariam sujeitos à prisão seguida de deportação para uma ilha,

³ Jon & David Kimche (em seu livro *Os Caminhos Secretos*): “Estas embarcações, frequentemente sem condições de navegabilidade e instalações sanitárias inexistentes, eram muitas vezes fornecidas por extorsionários que convertiam em lucro o sofrimento do judaísmo europeu”.

de onde deveriam, finda a guerra, ser recambiados ao país de origem⁴. Fácil imaginar que em tais condições incidentes trágicos se tornariam praticamente inevitáveis.

Permitam-nos, porém, retroceder um pouco, ao período de pré-guerra. Cronologicamente a primeira entrada de imigrantes “ilegais” – isto é, fora da quota estipulada pelas autoridades britânicas – ocorreu numa noite de verão do ano de 1934, quando um pequeno navio grego de 2 mil toneladas, o *Vellos*, oriundo do Pireu e levando a bordo 300 emigrantes provenientes da Polônia, atingiu a costa palestinese desembarcando sem empecilho todos seus passageiros. Já uma segunda tentativa, realizada pouco tempo depois pela mesma embarcação, fracassou por estarem as autoridades de sobreaviso. Seguiram-se numerosas outras tentativas, algumas bem sucedidas, outras não. Evidentemente não cabe aqui menção de todas, mas vale a pena assinalar que em 1939, um pouco antes da eclosão da guerra, 12 judeus alemães chegaram à Palestina num pequeno bote, remando o tempo todo, pois o bote era desprovido de motor. Em 1937 líderes trabalhistas e da Haganah organizaram na Palestina um Comitê para a Imigração Ilegal, ao qual caberia dirigir toda a atividade relacionada com essa imigração ilegal, inclusive as viagens marítimas. (Cumpre lembrar, contudo, que nem só por mar vinham os “ilegais” – muitos atravessaram a fronteira, e alguns vieram até de avião.).

Logo no princípio de setembro de 1939 o navio *Tiger Hill*, transportando vítimas do terror nazista, alcançou a costa palestinese. A Guarda Costeira abriu fogo contra a embarcação, matando 3 refugiados; aos demais foi recusada permissão para desembarcar (alguns mais audazes, porém, atingiram a praia a nado, misturando-se à multidão que acorrera, atraída pelos tiros de fuzil e metralhadora). Não obstante protestos generalizados no Parlamento, defendeu MacDonald a ação das autoridades a ele subordinadas, sob o fundamento de que a situação da Palestina era delicada e exigia um manejo cuidadoso; acrescentou que “autorizar o desembarque indiscriminado de refugiados na Palestina agravaria ali a situação de segurança, que no momento é satisfatória”. Como resultado dessa atitude drástica, numerosos judeus, que se encontravam, por assim dizer, encalhados na Europa Central e Sul-Oriental, viram-se num verdadeiro beco sem saída, encurralados entre a avalanche nazista que se

⁴ Essas disposições vigorariam a partir de 20 de novembro de 1940 (ver adiante).

aproximava e a intransigência britânica, e não poucos foram os que recorreram ao suicídio. Entretanto, em fevereiro de 1940, o vapor turco *Sakarya* conseguiu desembarcar na Palestina 2 400 refugiados. Mais ou menos por esse tempo uma outra embarcação, *Hilda*, conseguia desembarcar cerca de 600 refugiados (inclusive dois recém-nascidos), e algumas centenas mais vieram no *Maria*, de bandeira panamenha. Foi então que o governo da Palestina resolveu instituir o patrulhamento das praias.

Meses depois, em novembro de 1940, havendo as autoridades constatado que 1.771 judeus chegados a Haifa em duas velhas embarcações movidas a roda – o *Milos* e o *Pacific*⁵ – estavam sem licença de imigração, foram eles, juntamente com mais 130 vindos em outra embarcação (ver adiante), removidos para o *Patria* (navio francês sob controle britânico), a fim de serem deportados para a ilha Mauritius (no Oceano Índico). Um comunicado oficial, transmitido pela rádio de Jerusalém a 20 de novembro, anunciou que a decisão final sobre o destino desses imigrantes seria adiada até o término da guerra, mas que não lhes seria permitido voltar à Palestina nem permanecer na colônia para a qual iam ser deportados. A 25 de novembro, dia em que deveria zarpar, o *Patria* explodiu no porto de Haifa, afundando em dez minutos; mais de 200 refugiados perderam a vida. A causa da explosão não ficou perfeitamente esclarecida, mas parece fora de dúvida que não foi acidental (supõe-se que uma bomba tenha sido colocada no navio enquanto este era abastecido de carvão). Foi grande a comoção, mas o alto-comissário Sir Harold McMichael declarou que os sobreviventes seriam deportados de qualquer maneira. Todavia, protestos públicos na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos levaram, “como excepcional ato de misericórdia”, à revogação da ordem de deportação. Dos sobreviventes (cerca de 1.600), 1.043 foram libertados⁶, ficando os demais detidos para investigação de antecedentes; aos libertados foi dada a oportunidade de se alistarem – 31 ingressaram nas forças britânicas e 77 nas tchecas. Mas, com toda sua “excepcional misericórdia”, os ingleses não deixariam de deduzir, da quota de imigração, o número desses “ilegais” admitidos.

⁵ O *Pacific*, cuja capacidade normal era de apenas 60 passageiros, trouxera mais de mil! (E não havia água potável a bordo).

⁶ Isso não obstante as objeções do general Wavell, que receava um aumento da hostilidade árabe.

Ao mesmo tempo que o *Pacific* e o *Milos*, chegara à Palestina o *Atlantic*, trazendo cerca de 1.800 refugiados, oriundos principalmente da Áustria, Tchecoslováquia e Polônia. Mais de uma centena deles, conforme vimos, haviam sido transferidos para bordo do *Patria*, sendo os demais desembarcados e internados no campo de detenção de Atlit. Após a explosão do *Patria* a Agência Judaica solicitou ao governo que permitisse também aos refugiados do *Atlantic* internados em Atlit permanecer na Palestina. Recusa categórica. Alguns dias depois a polícia cercou o campo e, às 2 da madrugada, deu início à remoção dos refugiados. Houve resistência, e cassetetes britânicos entraram brutalmente em ação. Declarou uma testemunha ter visto (palavras transcritas de um relatório oficial) “pessoas serem carregadas em macas, aparentemente inconscientes, e outras sendo empurradas despidas, descalças, muitas sangrando na cabeça e corpo”. Carregados, empurrados, espancados, foram os refugiados metidos em caminhões que se encontravam à espera na entrada do campo e os levaram, a grande velocidade, até navios ancorados no porto de Haifa. Tudo isso realizado com a maior pressa e na calada da noite. Ao raiar do dia já estavam a caminho da ilha Mauritius.

O caso repercutiu na Grã-Bretanha, e o subsecretário das Colônias, George Hall, quando interpelado nos Comuns, declarou:

O Governo de Sua Majestade, embora não desprovido de simpatia pelos refugiados de territórios sob controle alemão, somente pode considerar a renovação das tentativas de imigração ilegal, na atual conjuntura, como capaz de afetar a situação local da maneira mais adversa, revelando-se como séria ameaça aos interesses britânicos no Oriente Médio. Decidiu por isso que essas pessoas, e quaisquer outras que possam vir a alcançar a Palestina visando uma entrada ilegal, devem ser enviadas a uma Colônia Britânica, para detenção enquanto durar a guerra... Serão enviadas para além-mar tão logo possam ser providenciadas as necessárias facilidades marítimas.

Assim, cerca de 1.600 deportados foram levados à inóspita ilha Mauritius. Ali as mulheres tiveram de viver em cabanas de ferro corrugado, enquanto os homens foram mantidos em cubículos de pedra de uma velha prisão. Pouco tempo após a chegada dos deportados foi a ilha assolada por duas epidemias: tifo, e depois malária; o número de vítimas foi elevado. O governo britânico mostrar-se-ia até o fim de 1944 intransigente em sua oposição à volta desses refugiados à Palestina, não obstante reiterados

pedidos não só da Agência Judaica como também por parte de cristãos⁷. Só no princípio de 1945 é que se anunciou que seria permitido aos refugiados retornar à Palestina como imigrantes, sendo seu número deduzido da quota.

Ainda em fins de 1940 ocorreu a tragédia do *Salvador*. Essa embarcação, levando 350 refugiados (e navegando sem mesmo uma bússola!) partira da Bulgária alcançando Istambul, na Turquia. Ali, por não possuírem visto nos passaportes, os passageiros tiveram negada permissão para desembarcar. O *Salvador* saiu do porto e pouco depois, no mar de Mármara, atingido por uma tempestade, afundou. Pereceram afogados – o *Salvador* não tinha botes salva-vidas – mais de 200 refugiados, inclusive a quase totalidade das crianças que se encontravam a bordo. Dos sobreviventes que conseguiram retornar a Istambul alguns foram deportados para a Bulgária e os demais recolhidos pelo *Darien*, outro navio de refugiados (ou “navio-esquife”, como eram também conhecidas essas embarcações superlotadas e praticamente imprestáveis).

O *Darien*, barco pesqueiro que mal se aguentava à tona, chegou a Haifa em março de 1944; trazia cerca de 800 refugiados, a maior parte dos quais havia escapado de massacres na Romênia. A embarcação foi apreendida, sendo os refugiados internados num campo de detenção. Embora houvesse entre eles agricultores experientes e operários especializados, ansiosos por contribuir para o esforço de guerra, foram todos mantidos num ócio forçado e sob ameaça constante de remoção (que só não se concretizou por não haver navios disponíveis). Alguns perderam a razão, e puderam sair... para uma instituição de doentes mentais. MacDonald, para justificar sua atitude de mantê-los presos (atitude que ele, aliás, manteria obstinadamente), insinuou que poderia haver infiltrados entre eles, agentes inimigos, embora admitisse não ter qualquer prova disso⁸.

A mais terrível dessas tragédias marítimas, entretanto, ocorreu em fevereiro de 1942. O *Struma*, velha embarcação fluvial de transporte de gado, de 180 toneladas e arvorando bandeira panamenha, deixara a 12 de dezembro do ano anterior, com permissão das autoridades romenas, o porto

⁷ Após demoradas negociações 150 refugiados foram aceitos como voluntários para servir nas forças aliadas (mas mais de 100 foram recusados).

⁸ Lord Wedgwood qualificou isso de “desculpa descarada que fornecia nova prova de antissemitismo”.

de Constanza; levava amontoados a bordo 769 judeus (oriundos da Romênia e Bulgária e sem “visto” para nenhum país), inclusive 70 crianças menores de 13 anos e 250 mulheres. Quatro dias depois – o tempo normal de viagem seria 14 horas – alcançaram Istambul, com o pequeno navio necessitando extensos reparos em suas máquinas⁹. O governo turco declarou que não permitiria o desembarque sem a certeza de que os refugiados poderiam entrar em outro país (é lógico que esse outro país só poderia ser a Palestina), mas a recusa das autoridades britânicas foi categórica. As negociações arrastaram-se durante dez semanas, tendo a Agência Judaica se declarado pronta a concordar com que o número de refugiados admitidos fosse deduzido da quota de imigração. Essa proposta, contudo, foi recusada pelos britânicos, que alegaram dois motivos (ambos mais que discutíveis): 1º) possibilidade de haver agentes nazistas infiltrados entre os refugiados; 2º) escassez de suprimentos na Palestina. Afinal os ingleses cederam em parte, concordando em admitir apenas as crianças; essa permissão, porém, chegou tarde – as autoridades turcas, sempre se negando a autorizar o desembarque, já haviam ordenado a volta da embarcação ao mar Negro. Isso não obstante a advertência feita pelo capitão do *Struma* de que sua embarcação não se encontrava mais em condições de navegabilidade (as instalações radiotelegráficas estavam defeituosas, não havia instalações nem de água nem elétricas, pouquíssimos salva-vidas e nenhum escalor salva-vidas) e de que os passageiros se achavam esfomeados, doentes (a maioria com disenteria) e histéricos (alguns já enlouquecidos). No dia 23 de fevereiro o *Struma* foi atado a um rebocador e – sem combustível, alimentos e água – rebocado pelo Bósforo até o mar Negro, e ali abandonado à sua sina. Poucas horas depois o *Struma* afundou, ao que parece em consequência de explosão provocada por mina¹⁰ – houve um único sobrevivente. Protestos vieram de todas as partes do mundo; as autoridades britânicas exprimiram seu costumeiro pesar, deram as habituais desculpas (“ilegalidade”, respeito à lei, etc.), e tentaram empurrar a culpa sobre os turcos. Mas enquanto isso *milhares* de refugiados

⁹ As máquinas do *Struma* haviam sido retiradas de uma embarcação que afundara no Danúbio, tendo ficado submersas vários anos.

¹⁰ Outras hipóteses: a embarcação se teria simplesmente desfeito (diz Kimche que ela fazia água), ou teria sido atingida por um torpedo; alguns admitem até que tenha havido uma explosão provocada intencionalmente.

não judeus, oriundos da Grécia, Polônia e Tchecoslováquia, encontraram refúgio temporário na Palestina!

A catástrofe do *Struma* repercutiu numa Conferência Sionista Extraordinária, reunida de 9 a 11 de maio de 1942 no Biltmore Hotel, em New York, levando a que fosse aprovada, por unanimidade, uma reformulação da posição sionista. Veio isso constituir o chamado Programa de Biltmore, que após atacar o White Paper de 1939 como destituído de qualquer “validade moral ou legal”, e qualificá-lo de “cruel e indefensável”, concluía:

A Conferência insiste em que as portas da Palestina sejam abertas; que a Agência Judaica seja investida do controle da imigração e da necessária autoridade para edificar o país, incluindo o desenvolvimento de suas terras não ocupadas e não cultivadas; e que a Palestina se firme como um Estado Judeu integrado na estrutura do novo mundo democrático.

Esse programa – considerado por Barnet Litvinoff como uma “bofetada injustificada na Grã-Bretanha” e que para o visconde Samuel representava um exemplo de “extremismo sionista” – seria posteriormente adotado pelas organizações sionistas americanas e também, embora não oficialmente, pela Organização Sionista Mundial. Foi mesmo acolhido com entusiasmo pela grande maioria dos judeus palestinos, não obstante haver a censura proibido quaisquer referências a respeito na imprensa local. Houve, entretanto, algumas vozes discordantes, e assim um grupo de judeus radicados na Palestina (pouco numerosos mas preeminentes nos meios intelectuais), liderados pelo Dr. Judah Leon Magnes (presidente da Universidade Hebraica), formou, nesse mesmo ano, o Ihud (União), que tinha por objetivo propagar a ideia de um Estado binacional, visando com isso uma aproximação com os árabes¹¹.

Mas julgamos chegado o momento de tratar da quase completamente ignorada contribuição judaica à causa aliada, contribuição essa qualificada por Pierre van Paassen como “o mais bem guardado segredo da guerra”, e que só foi aceita pelas autoridades depois que a situação militar britânica no Oriente Médio se deteriorou visivelmente; mesmo assim, porém, com relutância.

¹¹ Entre os que se filiaram ao Ihud figurava o eminente filósofo Martin Buber.

Em novembro de 1941 (transcorridos portanto mais de dois anos desde o início da guerra) Lord Moyne, secretário das Colônias, ainda afirmava na Câmara dos Lords não ser possível considerar a formação de um contingente judaico devido a “dificuldades práticas e falta de equipamento”. Uns 1.500 judeus haviam sido admitidos na Royal Air Force – foram, entretanto, limitados a trabalhos em terra, não se lhes ensinando a voar¹². Todavia, com o já referido deterioramento da situação militar britânica no Oriente Médio, permitiu-se a formação de companhias de infantaria judaicas, designadas como “palestinoses” e sem autorização para usarem insígnias judaicas, o que levaria Paul Giniewski a comentar que os judeus da Palestina “tinham o direito de morrer pela bandeira, mas não de arvorá-la”. Com relação a isso gostaríamos de chamar atenção para um episódio narrado por Pierre van Passen em seu livro *O Aliado Esquecido*.

Em Mechili (nordeste da Cirenaica, região desértica) uma companhia judaica de engenharia, que se achava instalando um campo minado para proteger o flanco do 8º Exército Britânico, foi avistada por aviões de observação alemães (1º de junho de 1942). Comandava a operação o major Felix Liebman (residente em Tel Aviv); após um ataque realizado por bombardeiros pesados, solicitou ele ao posto britânico mais próximo algumas armas antiaéreas. Juntamente com uma promessa (que não seria cumprida) de peças de artilharia antiaérea e antitanques (aviões ingleses haviam visto uma coluna de tanques alemães dirigindo-se para Mechili), chegou uma mensagem do comando do 8º Exército ordenando que Risse concluísse a colocação das minas e mantida a posição a todo custo. Poucos dias depois já estava a posição ocupada pelos judeus completamente cercada por forças alemãs e italianas. O único auxílio inglês era proporcionado pela RAF, cujos aviões vinham (às vezes) dar combate aos caças alemães ou jogavam latas d’água para os sitiados. Durante cerca de um mês os homens do major Liebman – esfomeados, sedentos, esfarrapados – resistiram a tremendos ataques aéreos e terrestres. A 2 de julho, quando os poucos sobreviventes (dos 500 judeus permaneciam vivos apenas 45) se dispunham à última resistência, chegou uma coluna motorizada de franceses livres sob o comando do general Pierre Koenig (o herói de Bir-Hakeim, onde suas tropas – formadas pela 1ª Brigada de Franceses Livres e

¹² Essas restrições seriam mais tarde revogadas.

um batalhão de voluntários judeus¹³ – resistiram durante um mês a ataques maciços e constantes das forças de Rommel). Com lágrimas embargando-lhe a voz, o general Koenig abraçou o major Liebman (ferido). Os soldados judeus, após receberem água, foram informados de que o cerco terminara e que deveriam acompanhar a coluna francesa. Foi então que o general Koenig viu um soldado judeu arriar a bandeira sionista e enrolá-la para ser guardada num estojo. Indagando o motivo desse procedimento, obteve Koenig a seguinte resposta: “Não temos permissão para içar esta bandeira. É contra o regulamento”. Disse Koenig: “Perdão, sou eu que comando aqui. Não me importo absolutamente nada com o regulamento. Essa bandeira irá na frente, em meu carro, ao lado da bandeira tricolor. É lá o seu lugar. Somos ambos vitoriosos”. E, dirigindo-se aos seus homens, exclamou: “Legionários! A bandeira judaica! Em continência!”¹⁴.

Na fase inicial da guerra esteve na França, participando da luta, o Palestine Auxiliary Military Pioneer Corps, constituído de 742 judeus e 306 árabes. (A princípio as autoridades inglesas haviam decidido que o número de voluntários judeus não poderia ultrapassar o de árabes, mas diante do pouco entusiasmo demonstrado por estes – e dos já não muito numerosos voluntários árabes grande percentagem desertou, alguns levando as armas – aquele critério de paridade não tardou a ser abandonado.).

Unidades palestinas constituídas em sua quase totalidade por judeus estiveram com o exército britânico na Grécia, figurando entre os últimos defensores da península do Peloponeso (os sobreviventes misturaram-se aos guerrilheiros gregos), e em Creta.

Enquanto isso as fábricas judaicas da Palestina trabalhavam intensamente para suprir as forças aliadas no Oriente Médio, fornecendo paraquedas, barracas, peças mecânicas, pequenas unidades navais, instrumentos de precisão, etc. Dov Joseph cita como exemplo dessa espécie de contribuição o fato de todas as minas usadas contra Rommel terem sido oriundas de fábricas judaicas na Palestina. Valiosa contribuição ao esforço de guerra foi igualmente prestada pelo Instituto de Pesquisas Daniel Sieff, fabricando a pedido do governo palestino produtos analgésicos,

¹³ Eram 3.000 franceses e 1.000 judeus, constituindo (diz Paul Careli) “unidades especialmente resolutas”.

¹⁴ É grato assinalar que, após a independência de Israel, o general Koenig tornar-se-ia presidente da Liga de Amizade Franco-Israelense.

hipnóticos e antimaláricos¹⁵ E a Solel Boneh (a empresa de construções pertencente à Histadrut) criou um departamento especial para trabalhar para o Exército Britânico na construção de fortificações.

Em Londres, a 22 de outubro de 1941, informava o subsecretário da Guerra que o número total de judeus palestinos no Exército, Marinha e RAF era superior a 9.000 (incluindo 1.505 desaparecidos ou prisioneiros). Algum tempo depois esses soldados judeus da Palestina foram, como vimos, incorporados em unidades puramente judaicas e, em agosto de 1942, seu total era já superior a 20.000; um ano depois totalizavam 30.000, e esse número subiria a 35.000 em setembro de 1944, quando seria organizada a Brigada Judaica.

Judeus palestinos estiveram em ação na Etiópia, na Síria (cuja invasão por forças britânicas foi preparada por 50 voluntários da Haganah, entre os quais Moshe Dayan, que ali perdeu o olho esquerdo quando uma bala atingiu seu binóculo)¹⁶, e no norte da África (inclusive em El Alamein e Tobruk). Embora não entrando em detalhes sobre as ações nessas várias frentes¹⁷, queremos consignar que, de acordo com os relatórios oficiais, os judeus palestinos prestaram serviços que exigiam não só coragem como também inventividade, recebendo calorosos elogios dos seus comandantes.

Claro é, porém, que nem ações isoladas nem unidades auxiliares esparsas podiam satisfazer os dirigentes sionistas. Desejavam eles um exército judeu, não só por acharem que os judeus tinham contas especiais a ajustar com Hitler como também porque isso viria dar uma base mais firme às aspirações sionistas numa futura conferência de paz. No fundo tratava-se, evidentemente, de uma questão política, e como tal foi debatida nas duas casas do Parlamento inglês.

Na Câmara dos Lords o debate a respeito realizou-se a 9 de junho de 1942. Lord Wedgwood, em discurso que causou sensação na Inglaterra e nos Estados Unidos, acusou o governo britânico de não haver cumprido

¹⁵ Lançaram-se assim as bases para a atual indústria farmacêutica israelense.

¹⁶ Consistiu o trabalho desses voluntários em, precedendo a invasão, traçar mapas detalhados das instalações inimigas e cortar as vias de comunicação na área fronteiriça, servindo depois de guias às vanguardas invasoras. Foram todos em trajes civis, e cada um deles sabia que se fosse capturado seria executado como espião.

¹⁷ Os detalhes podem ser encontrados na já referida obra de Pierre van Paassen, *O Aliado Esquecido*, capítulo 4º.

suas promessas, e propôs, por isso, fosse o mandato transferido para os Estados Unidos; pediu outrossim a organização de uma força militar especificamente judaica, formada por judeus que tivessem escapado ou pudessem escapar de Hitler. Em nome do governo falou Lord Croft, procurando mostrar que havia já um aproveitamento completo do desejo judeu de servir, na medida possibilitada pelo equipamento disponível. E Lord Moyne aduziu estar já a Palestina superpovoada...

Nos Comuns foi o assunto discutido cerca de dois meses depois (6 de agosto). Entre os oradores que se manifestaram favoráveis à formação de um exército judeu, figurava um militar, o coronel Cazalet, que pediu ao governo fosse dada “à relativamente pequena comunidade judaica da Palestina uma oportunidade de combater, de defender seus lares, de mostrar aos judeus da Europa que em alguma parte do mundo os judeus não se acham completamente derrotados e subjugados”. Ouviram-se, naturalmente, também vozes contrárias, inclusive a de um deputado judeu, Lipson; alegando constituírem os judeus apenas uma comunidade religiosa, declarou ele que um exército judeu cheirava a separatismo nacionalista, não sendo pois compatível com a lealdade devida aos países dos quais os judeus eram súditos.

Nos Estados Unidos as propostas para formação de um exército judeu (cujos integrantes seriam judeus palestinos ou oriundos de países sob domínio nazista) constituíram durante algum tempo assunto de relevo e tema de controvérsias na vida da comunidade judaica daquele país. Organizou-se um numeroso Comitê Pró-Exército Judeu, cuja atividade mais saliente foi a publicação de anúncios de página inteira nos principais jornais norte-americanos¹⁸. Todavia, resultado prático imediato: nenhum.

A Agência Judaica continuou entretanto insistindo sobre o assunto junto às autoridades britânicas. Afinal, em setembro de 1944, o Ministério da Guerra inglês anunciou que “o Governo de Sua Majestade decidiu aceder ao pedido do Executivo da Agência Judaica para a Palestina no sentido de serem formadas Brigadas Judaicas a fim de tomar parte em operações ativas”. O primeiro-ministro Churchill, referindo-se a essa decisão, declarou na Câmara dos Comuns (29 de setembro); “Sei que há um grande número

¹⁸ A 7 de dezembro de 1942, por exemplo, publicou o *New York Times* uma “Proclamação sobre os Direitos Morais dos Judeus Apátridas e Palestinos”.

de judeus servindo em nossas forças e nas forças americanas, mas parece-me realmente adequado que uma unidade daquela raça que sofreu indescritíveis tormentos dos nazistas seja representada como uma formação distinta entre as forças reunidas para a sua derrocada final.”

A 19 de outubro de 1944 foi oficialmente divulgado que o general inglês (judeu) Ernest Frank Benjamim havia sido nomeado comandante da Brigada Judaica. Após negociações que se prolongaram por mais de uma semana, a Agência Judaica anunciou que o governo britânico aprovara a bandeira da Brigada; duas listas horizontais azuis sobre fundo branco, tendo no centro, em azul, a estrela de Davi. Iniciou-se – tanto na Inglaterra quanto na Palestina – uma vigorosa campanha de recrutamento, da qual foi incumbido o então conselheiro jurídico honorário do Departamento Político da Agência Judaica, Dr. Bernard (depois Dov) Joseph. Após um relativamente curto período de treinamento foi a Brigada enviada à Itália, passando a integrar o 8º Exército Britânico; entrou pela primeira vez em combate a 15 de março de 1945.

Mas já antes disso voluntários da Haganah, inclusive moças, vinham sendo empregados na Europa pelo serviço secreto britânico. Eram eles, em geral, lançados de paraquedas na região dos Balcãs, incumbidos, entre outras tarefas, de entrar em contato com guerrilheiros e organizações subterrâneas de resistência, fornecer por rádio informações às autoridades britânicas, e auxiliar a fuga de prisioneiros. Dentre esses voluntários (muitos dos quais perderam a vida em sua perigosa missão) notabilizou-se a jovem Hanah Szenes, que na primavera de 1944 saltou de paraquedas no norte da Iugoslávia, daí passando para a Hungria, onde estava incumbida de agir. A polícia húngara descobriu seu transmissor e ela foi presa. Julgada por corte marcial (outubro de 1944), foi considerada culpada de traição¹⁹. Negou-se a pedir clemência, e no pátio da prisão de Budapeste, prestes a ser fuzilada, recusou-se a ter os olhos vendados; tombou cantando a Hatikva (contava então 23 anos)²⁰.

¹⁹ Hannah Szenes nascera na Hungria, mas na Palestina adquirira a cidadania britânica.

²⁰ A execução foi feita sem que houvesse sido divulgado o veredicto, surpreendendo o advogado de defesa, Seleszni. Este, indo por acaso à prisão no dia do fuzilamento, viu um veículo transportando um caixão e perguntou a um guarda: “Alguém mais executado?” Respondeu o guarda: “Sim, a moça-oficial britânica”.

Cabe lembrar aqui que uma proposta para fazer descer de paraquedas na Hungria algumas centenas de combatentes judeus para prestar ajuda aos judeus húngaros ameaçados de extermínio, embora aprovada pelas autoridades militares britânicas, não foi adiante devido à oposição (por motivos políticos) do Ministério das Colônias. Por outro lado, reiteradas sugestões de dirigentes judeus para que fossem bombardeados os campos de extermínio, a começar por Auschwitz (onde, vale a pena lembrar, funcionavam oficinas da Siemens e da Krupp, ambas ligadas à indústria bélica alemã), foram repelidas pelo estado-maior da aviação britânica que alegou “dificuldades muito grandes no plano técnico”.

Voltemos agora à Palestina. A procura de armas, por judeus e árabes, e um sensível incremento do tráfico de apetrechos bélicos eram, ao tempo da guerra, uma decorrência natural da situação; em grande parte, porém, era isso estimulado pela existência no país de consideráveis estoques militares (sem contar com o receio de inflação, que fazia da compra de armas um bom investimento...). Não obstante, merece destaque o fato de não se terem registrado, no período de guerra, incidentes violentos entre judeus e árabes. Infelizmente não ocorreria o mesmo com respeito às relações entre os judeus palestinos e os elementos da potência mandatária.

Já se tornara quase que de rotina a realização, pelos britânicos, de buscas em colônias agrícolas judaicas. Na parte inicial da guerra tais buscas prosseguiram ativamente, contribuindo para aumentar a tensão. Algum tempo depois essas buscas foram bastante atenuadas. Mas no verão de 1943 empreendeu o governo nova e intensa campanha de perquisições. Com grande aparato publicitário realizaram-se julgamentos de judeus por posse ilegal de armas ou munições, sendo aplicadas penas que atingiam até 10 anos de prisão. Um exemplo: a 7 de outubro de 1943 uma corte militar britânica condenou um judeu acusado de “posse ilegal de munições”; havia sido autorizado a ter consigo um revólver e 12 balas, mas uma busca em sua casa revelara 13 – essa bala extra valeu-lhe... 7 anos de prisão! Em contraste, os julgamentos dos árabes realizavam-se com o mínimo de publicidade, e as sentenças eram bem mais suaves (4 anos no máximo).

A tensão ia crescendo à medida que se aproximava o término do prazo estipulado pelo White Paper (31 de março de 1944) sem que fosse anunciada qualquer modificação na política imigratória – e isso não obstante o prosseguimento das atrocidades nazistas.

Em janeiro de 1944 a organização terrorista (revisionista) Irgun Zvai Leumi, desde o ano anterior sob a chefia de Menachem Beigin, lançou uma proclamação-apelo, da qual destacamos:

Não há mais qualquer armistício entre o povo judeu e a Administração Britânica que entrega nossos irmãos a Hitler. Nosso povo está em guerra com esse regime – guerra até o fim.

Essa guerra demandará muitos e pesados sacrifícios, mas nela entramos cômicos de estarmos sendo fiéis aos filhos de nosso povo que têm sido e estão sendo massacrados. É por eles que lutaremos.

Lutaremos, e cada judeu nesta terra lutará. O Deus de Israel nos ajudará. Não haverá recuo. Liberdade – ou morte.

A juventude combatente não vacilará diante da adversidade e do sacrifício, do sangue e do sofrimento. Não se entregará, até que tenha assegurado ao nosso povo uma Pátria, liberdade, honra, pão e justiça. E se nos derem apoio verão em nossos dias o Retorno a Sião e a restauração de Israel.

No mês seguinte os terroristas passaram das palavras à ação. Na noite de sábado, 12 de fevereiro, os Escritórios do Departamento de Imigração em Jerusalém e Tel Aviv foram danificados por bombas (as explosões verificaram-se nas duas cidades à mesma hora). Na noite seguinte novas explosões ocorreram em Haifa.

Nesse mesmo fim de semana um grupo de membros da organização juvenil revisionista Brith Trumpeldor invadiu as salas de um clube da organização juvenil trabalhista Hashomer Hatzair, em Tel Aviv, tentando distribuir panfletos do Irgun; daí resultou um pequeno conflito, em que um membro do Hashomer foi morto a tiros por um dos rapazes do Brith Trumpeldor. É preciso, porém, ressaltar que haveria, de parte a parte, uma certa preocupação em evitar choques armados entre judeus, choques esses capazes de degenerar em guerra civil que só viria beneficiar britânicos e árabes.

Não obstante a condenação unânime de tais ações pela imprensa hebraica (que as qualificou de “atos insanos de desordeiros”, particularmente prejudiciais à população judaica) e um apelo público do Vaad Leumi aos judeus palestinos para agir com firmeza contra os responsáveis pelos atos de terror, recrudescia a atividade terrorista. E a 17

de fevereiro dois policiais britânicos morreram em consequência de ferimentos a bala que lhes foram infligidos em Haifa por indivíduos não identificados. (Seria evidentemente supérfluo dar aqui uma relação completa dos atos de terrorismo então praticados – limitar-nos-emos, pois, aos mais significativos.).

A 23 de março ocorreram explosões nos quartéis de polícia em Jerusalém, Haifa e Jaffa; e em Tel Aviv seis policiais britânicos foram mortos a tiros. O governo palestinese reagiu impondo rigoroso toque de recolher e revigorando a pena de morte para casos de violência e sabotagem. É óbvio que nem só britânicos eram vitimados pelo terrorismo – também judeus perdiam a vida, entre eles alguns inteiramente inocentes, que nada tinham a ver com os atos de terror²¹.

Antes de prosseguirmos convém esclarecer bem o seguinte: os atos de terrorismo e sabotagem estavam sendo perpetrados por membros de duas organizações que podemos classificar como dissidentes em relação à grande maioria da coletividade judaica da Palestina. Essas organizações (naturalmente secretas), que não reconheciam a autoridade da Agência Judaica e dos líderes sionistas oficiais, eram o já citado Irgun Zvai Leumi (formado por um núcleo de algumas centenas de “combatentes”, e mais uns dois a três mil simpatizantes ativos, que prestavam auxílio financeiro e permitiam que suas residências fossem usadas como esconderijos) e o assim chamado Grupo Stern²², ainda mais extremista (embora bem menos numeroso – tinha não mais de 150 membros ativos). Em geral agiam separadamente, mas houve também casos de colaboração e, às vezes, na ausência desta, de solidariedade (como, por exemplo, em relação ao crime de 6 de novembro, adiante referido).

Após alguns meses de relativa calma ressurgiu com intensidade o terrorismo. Em meados de julho dez homens penetraram no quartel da

²¹ Assim, a 18 de fevereiro, em Jerusalém, um pobre barbeiro regressando do trabalho foi morto pela polícia por não se haver identificado com a devida presteza.

²² Esse nome é derivado de Avraham Stern, intelectual com um complexo messiânico, nascido na Polônia. Fez seus estudos superiores na Itália no início da década de 30 (portanto sob o regime de Mussolini) e chegou à Palestina fortemente imbuído de ideias fascistas. Ingressou no Irgun, do qual se retirou em 1941 fundando sua própria organização, a qual denominou Combatentes pela Liberdade de Israel. Foi morto, juntamente com dois dos seus partidários, num encontro com a polícia em 1942. O grupo, contudo, continuaria operando até o estabelecimento do Estado de Israel.

polícia em Jerusalém, ali colocando bombas: percebidos, houve troca de tiros, morrendo na ocasião dois policiais (um judeu e um árabe) e ficando feridos outros dois (estes britânicos).

Em agosto ocorreu um atentado contra o alto-comissário, Sir Harold MacMichael. Dirigia-se ele, acompanhado da esposa, a uma recepção dada em sua homenagem pela municipalidade de Jaffa, quando seu carro foi atacado por sete membros do Grupo Stern armados de metralhadoras. Sir Harold sofreu ferimentos leves, sua esposa escapou ilesa, mas seu ajudante de ordens e o motorista ficaram gravemente feridos. Os assaltantes conseguiram fugir através de uma colônia agrícola judaica próxima. Esse atentado provocou revolta e indignação na imprensa e nos círculos dirigentes judaicos. A Agência Judaica, o Vaad Leumi e o Conselho Rabínico, entre outros, fizeram apelos à coletividade judaica da Palestina para que desse a máxima assistência às autoridades afim de entregar à justiça os que haviam cometido “esse ato vil”. O governo palestinese impôs uma multa coletiva de 500 libras à povoação de Givat Shaul (por onde os terroristas haviam fugido) por não ter auxiliado a polícia, empreendeu buscas rigorosas em colônias, prendeu e deportou vários suspeitos. Mas tudo em vão.

Em fins de setembro grupos armados do Irgun, portando armas automáticas, atacaram postos policiais em Jerusalém e Haifa, e numa rua de Jerusalém, em pleno dia, um oficial britânico foi morto a tiros por dois indivíduos que fugiram num táxi.

Mas quanto às repercussões internacionais, a campanha de terrorismo atingiu seu clímax no dia 6 de novembro, quando foi assassinado, no Cairo, Lord Moyne. Exercia ele, desde o princípio do ano, o cargo de ministro-residente no Oriente Médio, isto é representante do Gabinete britânico nessa região, cabendo-lhe assim o planejamento de todas as medidas necessárias ao prosseguimento da guerra, com exceção das operações militares²³. Ao saltar do carro, diante de sua residência, pouco depois do meio-dia, foi Lord Moyne alvejado por dois jovens; o motorista teve morte instantânea e Lord Moyne faleceu à noite sem ter recobrado os sentidos. Os assaltantes foram presos, escapando por pouco de ser linchados por uma multidão enfurecida.

²³ Esse cargo, criado em julho de 1941, seria abolido em agosto de 1945.

Fora o crime cometido por dois membros do Grupo Stern; Eliahu Bet-Zuri, 22 anos, agrimensor, residente em Tel Aviv, e Eliahu Hakim, 17 anos, judeu sefardita de Haifa, de família rica, nascido em Beirute²⁴. Confessaram ambos ter vindo ao Egito com o propósito deliberado e premeditado de matar Lord Moyne, cuja política – alegaram eles – era danosa às aspirações judaicas na Palestina²⁵. Os dois terroristas foram julgados por um tribunal egípcio (em janeiro de 1945) e condenados à morte por enforcamento. Segundo repórteres presentes comportaram-se ambos com dignidade, falando com eloquência e objetividade. Declararam ter matado Lord Moyne não como pessoa (nem mesmo o conheciam e nada tinham de pessoal contra ele) mas como “um símbolo da dominação britânica na Palestina”, e deram como principal motivo seu ressentimento pela “terrível sensação de frustração ao verem seu povo massacrado aos milhões sem que lhes fosse dada qualquer oportunidade de lutar como judeus contra o monstruoso inimigo, ou mesmo de salvar aqueles que podiam ser salvos”²⁶. No dia em que os jovens foram enforcados observou-se, espontaneamente, um jejum de 24 horas nos bairros judeus pobres do Cairo (a pequena minoria de judeus ricos era, naturalmente, antissionista).

Esse crime abalou seriamente os círculos sionistas de todo o mundo. Logo no dia seguinte escrevia Weizmann a Churchill:

Difícilmente encontro palavras adequadas para exprimir o profundo horror e indignação moral que sinto com o assassinato de Lord Moyne. Sei que esse sentimento é compartilhado pelos judeus de

²⁴ Há divergências quanto às idades. Diz George Kirk: “Os sionistas habitualmente diminuíam a idade dos terroristas jovens na esperança de que pudessem assim escapar à pena completa por seus crimes”.

²⁵ Um impresso do Grupo Stern que circulou em Tel Aviv a 16 de novembro acusava Lord Moyne de ser “o arqui-inimigo das aspirações de liberdade do povo judeu”, e declarava que ele “tentara, como ministro britânico no Cairo, incitar a população árabe a um ataque contra a população judaica, a fim de justificar a hostil política britânica”. (Antes disso Ben-Gurion já o tachara de “inimigo confesso do povo judeu”.) E em seu já por nós citado *O Conflito Judeu-Árabe* informa Abdel Kader que Lord Moyne “foi encarregado da concepção da Liga Árabe e do seu patrocínio. Mas não viveu o tempo suficiente para vê-la nascer. A organização de resistência judaica, Grupo Stern, tinha informações sérias acerca dos projetos imperiais britânicos e conhecia a missão reservada à futura organização anglo-árabe na luta contra a existência dos judeus na Palestina”.

²⁶ Quando, em meados de 1944, esteve em cogitações um plano para salvar remanescentes da coletividade judaica da Hungria, disse Lord Moyne a um emissário judeu (Joel Brand): “Que quer que eu faça com todos esses judeus? Onde irei metê-los?”.

todo o mundo. Quer os criminosos sejam ou não judeus palestinos²⁷, seu ato demonstra o abismo a que conduz o terrorismo. Crimes políticos dessa natureza são particularmente abomináveis pois possibilitam implicar comunidades inteiras na culpa de alguns poucos. Posso assegurar que a coletividade judaica da Palestina, conforme declararam seus órgãos representativos, se empenhará, até o limite extremo de sua capacidade, para extirpar de seu meio, pela raiz, esse mal.

E aduz Weizmann em sua autobiografia: “...O prejuízo acarretado à nossa causa pelo assassinato de Lord Moyne, e pelo terrorismo em geral – isso à parte a profunda deterioração moral implícita – consistiu não na modificação das intenções do governo britânico mas, antes, em proporcionar aos nossos inimigos uma desculpa conveniente, ajudando-os a justificar seu rumo perante o tribunal da opinião pública.” (Diria ainda Weizmann que o choque por ele sentido foi “bem mais severo e atordoante que o da morte de meu próprio filho”).²⁸

A imprensa judaica da Palestina caracterizou o crime como um sórdido assassinato que enlameava o nome judeu e deturpava o sentido do renascimento judaico na Palestina. (A imprensa árabe da Palestina, por sua vez, aproveitou a ocasião para iniciar uma nova e veemente campanha antissionista.) A Agência Judaica conclamou os judeus palestinos a resistir às ameaças dos terroristas e recusar-lhes qualquer refúgio ou abrigo.

Churchill, que a princípio se manifestara sobre o acontecimento de modo relativamente moderado, viria depois a usar expressões mais fortes numa declaração perante os Comuns (17 de novembro):

Esse crime vergonhoso scandalizou o mundo e atingiu mais fortemente aqueles que, como eu, foram no passado amigos firmes dos judeus e arquitetos constantes do seu futuro²⁹. Se nossos sonhos pelo sionismo devem esvair-se na fumaça da pistola de um assassino,

²⁷ No momento em que Weizmann escrevia, esse detalhe ainda não havia sido confirmado oficialmente.

²⁸ Em fevereiro de 1942 Michael Weizmann, servindo na RAF, foi oficialmente dado como “desaparecido” quando em missão próximo à costa francesa.

²⁹ Observe-se contudo que o autoproclamado apoio de Churchill ao sionismo revelava-se, em geral, muito mais forte nas ocasiões em que o então primeiro-ministro não participava do governo...

e os esforços por seu futuro produzir uma nova série de *gangsters* dignos da Alemanha nazista, muitos como eu terão de reconsiderar a posição que mantivemos tão longa e constantemente no passado.

Se há de permanecer qualquer esperança de um futuro tranquilo e bem sucedido para o sionismo, essas perversas atividades devem cessar, e os responsáveis pelas mesmas devem ser destruídos até a raiz.

Quer fosse pela advertência de Churchill, quer fosse em decorrência de uma reação psicológica provocada pelo assassinato, subitamente o terrorismo estancou. Órgãos dirigentes da comunidade judaica da Palestina forneceram às autoridades britânicas informações sobre esconderijos, depósitos de armas e tipografias dos terroristas. Em seu livro *A Revolta*, afirma Beigin (o chefe do Irgun) que a Agência Judaica e a Haganah empreenderam, com a máxima intensidade, “uma cruzada para a nossa destruição”, relatando que estudantes foram expulsos das escolas, trabalhadores demitidos dos seus empregos, e terroristas jovens raptados e entregues aos ingleses (quanto aos terroristas veteranos, ainda segundo Beigin, eram apenas trancafiados).

Entretanto, também essa atitude apaziguadora e, mais que isso, de colaboração, não levaria o governo britânico a qualquer mudança em sua política imigratória, e com o passar do tempo sintomas de tensão voltariam a aparecer na Palestina, conforme veremos adiante. Mas por ora, concluindo este capítulo referente à Palestina durante a Segunda Guerra Mundial, julgamos oportunas algumas breves observações sobre o desenvolvimento econômico do país nesse período.

No início da guerra as principais indústrias defrontaram-se com uma grave crise: a indústria cítrica ficou à beira da falência devido à impossibilidade de conseguir transporte marítimo, e as construções praticamente cessaram diante da dificuldade em obter material. As autoridades civis britânicas – quer da Administração da Palestina, quer do Colonial Office – recusaram-se a qualquer ajuda, negando subsídios ou empréstimos. Todavia as autoridades militares, como vimos, tiveram atitude diferente, contratando com firmas judaicas (principalmente a Solel Boneh) a construção de acampamentos, hospitais, fortificações e estradas.

Dar-se-ia, porém, uma transformação radical quando o Oriente Médio passou a ser centro de abastecimento, e tanto a agricultura quanto a indústria receberam forte impulso.

A produção agrícola, com auxílio governamental, teve um crescimento rápido. Foram estabelecidas, no período da guerra, 50 novas colônias agrícolas judaicas. A pesca teve também sensível incremento, inclusive com a criação, em colônias judaicas, de pequenos lagos artificiais.

O número de empresas industriais judaicas estabelecidas durante a guerra é estimado em cerca de 400. Entre as novas indústrias então surgidas merece especial destaque a de diamantes, estabelecida em 1940 por refugiados oriundos principalmente da Bélgica e que em pouco tempo tornaria a Palestina, nesse setor, um dos principais centros do mundo³⁰. Na indústria química, entre os produtos cuja fabricação então se iniciou, figuravam o ácido sulfúrico, fosfatos minerais e anidrido carbônico; a produção de potassa, bromo e outros produtos químicos aumentou consideravelmente. Em outros ramos podem ser mencionados entre os novos produtos: maquinaria industrial, acessórios para automóveis, utensílios domésticos, produtos têxteis, materiais de construção, maquinaria e instrumentos agrícolas, instrumentos médicos e elétricos. O consumo de energia elétrica teve um aumento de 77%.

E enquanto isso a população judaica da Palestina continuava crescendo. Em fins de 1944 já ultrapassava meio milhão (representando 30% da população total do país), dos quais cerca de 132.000 (aproximadamente 23%) viviam em comunidades rurais.

³⁰ A produção de diamantes destinava-se principalmente a fins industriais. As exportações elevaram-se de 25.000 libras esterlinas em 1940 a mais de 5.000.000 de libras em 1945. (Em 1940 havia 5 fábricas, empregando 200 operários; em 1945 havia 33 fábricas, empregando 4.000 operários).